

Livres e indecisos

O homem contemporâneo é um sujeito curioso, a julgar, pelo menos, pela média daqueles que compõem meu círculo de amizades e os muitos desconhecidos que dão o ar de sua graça existencial nos muitos e muitos processos de família que me cobram uma resposta jurisprudente na entrega do justo concreto.

Tenho a nítida impressão de que poucos se comprometem verdadeiramente com um ideal que valha a pena. O sujeito vive dividido entre o trabalho e a família, mas nem ou outro parecem saciá-lo: o trabalho, de fato, em muitos setores, vai alienando-o da realidade, a ponto de se tornar um fardo invencível e a família lembra mais um cárcere privado voluntariamente escolhido à espera de um indulto externo, como uma aventura amorosa, ou de uma revolução intestina, como o abandono ou o divórcio. Mesmo que esse homem tenha-se libertado de muitas amarras que entravavam a sua liberdade de fora, sobretudo depois dos totalitarismos do século XX, ele não é capaz de se libertar de suas limitações internas.

Grande parte da atual confusão acerca da liberdade deve-se ao fato de pensarmos que este belo atributo de nossa natureza consiste tão somente na ausência de limitações externas, esquecendo-nos de que são tão ou mais importantes as limitações internas, buscadas ou simplesmente aceitas, que promovem o desenvolvimento da nossa verdadeira personalidade. Trata-se, essencialmente, de possuir e de saber exercer um potencial interior que inclui o domínio de si e a realização pessoal, ambos em íntima relação: o compromissar-se.

Para muito pouco serve uma liberdade se um homem carece de valores ou ideais. A serventia da liberdade é menor se esse mesmo homem tem pavor ao compromisso. Recebo, nas redes sociais, muitas postagens de sujeitos casados com dizeres que dão bem o tom dessa aversão à uma entrega vital como a do matrimônio: “Namora, idiota!”, “Casamento é igual a...(impublicável)”, “Mulher é igual a carro: venceu a garantia de fábrica, é hora de trocar!”. Propiciam algum diversionismo, mas, no fundo, tentam encobrir um desejo de fuga do presente e de um projeto de vida em comum a dois.

Recentemente, próximo ao aniversário de um grande amigo de infância, perguntei quando seria a festa e ele me respondeu que estava pensando profundamente sobre isso, porque estava “namorando” duas mulheres ao mesmo tempo. Convidei-o à reflexão, dizendo-lhe, muito francamente, que, quando não temos ideais na vida, nossas opções passam a ter pouco ou nenhum valor real. E, caso ele resolvesse fazer duas festas, na mesma oportunidade, consultei-o se ele não se incomodaria de eu estar presente em ambas as festividades com a mesma mulher...

Qual a valia de uma liberdade que, sem aquelas amarras externas, sobrevive num mundo que perdeu grande parte de seus critérios de valor? É um paradoxo mortificante orgulhar-nos de termos varrido todos os entulhos totalitários e autoritários do passado, abrindo novas sendas para nossa liberdade e, ao mesmo tempo, ter a crescente convicção de que a maioria delas são caminhos que não levam a lugar nenhum. Ou, ainda, diante daqueles poucos caminhos seguros que nos restaram, ter nossa vontade de escolha paralisada, porque temos medo ao compromisso.

Quando uma vontade, em regra, não se decide, corremos o risco de viver sob o império dos sentidos, além de propiciarmos a volta justamente de todo aquele entulho, porque a falta do exercício do poder de escolha vai cedendo espaço para uma ação “mais convicta” de outras realidades, tanto no

campo pessoal quanto no político.

Se uma razão capitaneadora da vontade de um homem não governa sua vida, a lembrar mais um rastro de omissão na tomada de decisões comprometedoras, outras realidades irão governá-lo: em nossa realidade, arriscaria dizer que as paixões pelo sexo, pelo dinheiro ou pela bebida tendem a ser o motorneiro de seu bonde existencial.

O homem atual, como o homem de épocas anteriores, está na encruzilhada de vários caminhos de que se descortinam à sua frente, mas com uma diferença: o homem do passado preferia enfrentar a questão e tomar uma saída e nós preferimos uma cômoda paralisação, porque sabemos, no fundo, que uma escolha vital importa na exclusão das outras, já que almejamos, a todo tempo, uma vida com todas as saídas abertas. Com respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes. Ph.D., é juiz de direito, professor-pesquisador, coordenador acadêmico do IFE, membro da Academia Campinense de Letras e do Movimento Magistrados pela Justiça.

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 26/09/2018, Página A-2, Opinião.

Nossa cultura ou o que restou dela

No mundo cultural, somos atacados por pensadores que, há décadas, produzem ideias que deliberadamente mais destroem que criam. É uma forma de gritos dos ressentidos: revolucionários que acreditam piamente que nenhum tributo deve ser dado ao passado que justamente, no lento cadinho da destilação civilizacional, proporcionou o estado da arte da cultura que essa obstinada turma pretende começar do zero, a partir de uma mistura de tolice, arrogância e inutilidade.

Quebrar os tabus da tradição cultural virou uma transgressão desejável por si mesma. Só aquele que cospe nessa tradição produz um saber dotado de validade para nossos tempos e, atônitos, assistimos a tudo isso como se as conquistas culturais da humanidade sempre tivessem existido e não demandassem um longo esforço geracional para que se perpetuassem.

Na base desses fenômenos, repousa um certo louvor à ignorância, que não significa não saber tal ou qual coisa, dada a natural limitação da inteligência ao discernimento de toda realidade criada, mas que consiste, nesse endeusamento, numa postura de não querer saber. É a ignorância que se revolta contra o conhecimento.

Não me estranha a exaltação dessa “cultura bárbara”, fruto exclusivo de nossa era, em que vivemos numa espécie de estágio terminal do processo de castração intelectual do homem, desencadeado pelo pensamento filosófico na segunda metade do século XX e caracterizado, justamente, por um mal endêmico: a falta de profundidade.

Esse reducionismo do pensamento consome todo o vigor intelectual na solução de problemas práticos, na linha do “como” viver com qualidade de vida, “como” ser um profissional de sucesso, “como” evitar a dor e a doença, “como” ganhar mais dinheiro, ainda que muitos desses problemas

não sejam bem problemas e ainda namorem com o pragmatismo e o utilitarismo em suas respostas.

Por outro lado, não se gasta um neurônio para refletir a questão fundamental do “porquê” ou do “para quê”. “Para que” este projeto de vida? “Para que” esta busca incessante pelo meu primeiro milhão? Tudo isso satisfaz as aspirações mais profundas do coração? Proporciona felicidade? Por que trabalho todo final de semana em detrimento da família?

Progride-se tecnicamente e regride-se humanamente. Nietzsche já proclamava que quando se sabe o “porquê”, pode-se suportar qualquer “como”. E com razão. Quando se ignora o “porquê”, “como” são duros o sofrimento, o fracasso, a frustração e a perspectiva angustiosa da morte.

Nosso saber ou o que restou dele tirou do homem a capacidade de pensar para o alto, ao contrário do que fizeram Sócrates, Platão, Aristóteles, Pascal, Agostinho, Aquino, Kierkegaard, Maritain, Gilson, Stein, Ratzinger e tantos outros, que sempre remontaram-se à razão última das coisas.

A cultura contemporânea, perdida de tanto saber, enveredou para um relativismo reinante e se perdeu nas areias movediças de um ceticismo generalizado. Hoje, o conhecimento contenta-se exclusivamente com verdades provisórias, quando não arribadas na mera opinião, tangenciando as perguntas radicais sobre o sentido e o fundamento da realidade humana e do mundo que nos cerca.

O desejo da verdade pertence à própria natureza do homem. Interrogar-se sobre a causa e os fins das coisas é uma propriedade da razão humana. A mediocridade cultural diminuiu a estatura intelectual do homem. Tornou-se um corcunda pensante, envergado sobre o peso das informações, muitas inúteis, que impedem de lhe dar uma formação à altura de sua dignidade ontológica.

A superação intelectual e o desejo de compreender melhor as questões últimas do conhecimento, o que não requer estudos em escola superior ou em curso pós-graduação, é uma boa reação à pasmaceira cultural atual, ditada por pensadores, com raras exceções, que sabem bastante, mas não sabem o fundamental, que sabem muito e não sabem nada. Com respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes. Ph.D., é juiz de direito, professor-pesquisador, coordenador acadêmico do IFE e membro da Academia Campinense de Letras

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 30/05/2018, Página A-2, Opinião.

Famílias, escolas e igrejas: fundamentos de uma ecologia social saudável (parte 2, final) - por Erika Bachiochi



No [artigo anterior](#) explorei os conceitos de ecologia humana e social como análogos próprios à ecologia natural. Neste artigo, ofereço três sugestões práticas para restaurar nossa ecologia social.

Assim como as ameaças aos nossos habitats naturais, as ameaças ao nosso ambiente moral são multifacetadas. Como lidamos com complexidade ainda maior nos seres humanos, que possuem tanto livre-arbítrio quanto concupiscência, frequentemente nos deparamos com um quadro complexo sem soluções óbvias, ao menos ao nível das leis e das políticas públicas. Então, ofereço as seguintes soluções no espírito da abordagem ecológica característica de Mary Ann Glendon de que primeiro devemos não causar dano, e então, por nossas ações, buscar, como diz Glendon, “criar condições e mudar probabilidades” em favor do desenvolvimento completo da pessoa humana.

Para criar estas condições em nossas circunstâncias atuais, devemos priorizar nosso apoio a três segmentos importantes da sociedade: primeiro, famílias com crianças, que são em si mesmas uma educação na virtude, tanto para as crianças quanto para seus pais; segundo, escolas que intencionalmente cultivam as virtudes morais e intelectuais; e terceiro, igrejas locais como centros de revitalização ecológica.

Famílias: criando crianças, infundindo virtudes

-

Em um longo artigo de 1998 sobre o tema da “ecologia moral”, o cientista político Allen Hertzke perspicazmente escreveu:

“A família está no centro da conexão moral ecológica, moldando e sendo moldada...sendo tanto uma causa quanto um efeito de rupturas ecológicas. O grau em que as crianças resistem às toxinas morais do ambiente externo depende extensivamente da imunização que suas famílias conseguiram proporcionar. Por outro lado, a habilidade das famílias para fazê-lo pode ser minada por forças ecológicas mais amplas. As interações são dinâmicas e interativas – em uma palavra, ecológicas”.

O trabalho de formação das crianças no lar – trabalho este que é essencial tanto à criança que recebe a formação quanto a seus pais que, levando a sério seus deveres parentais, são transformados por eles – é profundamente desvalorizado em nossa cultura atual. Com o movimento

em massa de integração das mulheres à força de trabalho na última metade de século, com o assombroso nível de desemprego e subemprego entre os homens da classe trabalhadora, a com a crescente dependência de duas fontes de renda para famílias de classe média e de trabalhadores, com o elevado número de mães solteiras cuidando sozinhas de crianças, e com as valiosas e muitas vezes distintivas contribuições das mulheres para além da esfera privada, não podemos mais simplesmente apontar para os tradicionais modelos do homem-provedor e da mulher-dona-de-casa como a solução óbvia para nossa atual crise ecológica, por mais que quiséssemos. Não podemos mais presumir a sustentação familiar e comunitária que as mulheres forneceram por séculos como algo natural- de graça. Se o trabalho da família, aquele trabalho essencial de cuidar do dependente e do vulnerável, de formar as mentes e os corações tanto de filhos como de pais, já foi encarado como o mais essencial de todos os trabalhos, não o é mais.

Hoje precisamos adotar medidas fortes e afirmativas para manifestar muito mais respeito cultural pelo trabalho essencial da família: para inspirar e incentivar pais a se devotar para suas famílias; para combater as pressões financeiras e profissionais que em especial as mães sentem, uma vez que muitas das que trabalham fora priorizam o cuidado com a família; e para pensar de forma criativa sobre como a tecnologia e a engenhosidade empresarial podem ajudar a criar uma economia que está do lado de famílias com crianças, especialmente aquelas que passam por dificuldades.

Pessoas religiosas entendem melhor que ninguém que tanto as crianças quanto o trabalho voltado à família são bens públicos indispensáveis. Então, são as pessoas religiosas e as de boa vontade no mundo dos negócios e na política que devem pensar criativamente sobre como suportar, endossar, afirmar e celebrar publicamente o trabalho de cuidado e formação que ocorre em casa. Ao buscarmos meios para compensar os sacrifícios financeiros reais que pais fazem para criar bem seus filhos, reconhecemos que os serviços que os genitores prestam não servem apenas a seus filhos ou a eles mesmos, mas a toda a sociedade. Pensadores políticos como Ramesh Ponnuru e Yuval Levin têm defendido agendas reformistas que promovem suporte à famílias com crianças como algo essencial; esperamos que eles sejam mais bem acolhidos na nova administração Trump.

Enquanto esperamos uma nova abertura para soluções em políticas públicas, negócios e outras instituições privadas precisam ser pioneiros na busca por caminhos para encorajar e dar suporte à família. Como nos lembra Glendon: “O mercado, como nossa experiência democrática, depende de um certo tipo de cidadão, com certas habilidades e virtudes...depende da cultura, que por sua vez depende da criação e da educação, que por sua vez depende das famílias”. Suporte familiar inclui garantir que pais que trabalham – e, em especial, mães, que continuam assumindo uma parcela desproporcional do cuidado do lar – não sejam penalizados profissionalmente por dedicarem uma parte de suas energias ao cuidado das crianças, que é culturalmente essencial, e também dos genitores idosos. Como João Paulo II escreve na *Laborem Exercens*, “A verdadeira emancipação das mulheres exige que o trabalho seja estruturado de forma que as mulheres não tenham que pagar por sua emancipação...à custa da família, nas quais as mulheres, como mães, possuem um papel insubstituível”.

Descobrir meios inovadores de acomodar as necessidades da família não ajudaria apenas crianças e casamentos, mas também beneficiaria o espaço de trabalho e a cultura como um todo. Poderia servir para renovar o mundo do trabalho de forma que as pessoas seriam encaradas como prioridade, tanto como sujeitos de seus trabalhos, quanto no âmbito mais amplo da tomada de decisões de uma

empresa, garantindo que a busca por eficiência e lucro não se sobreponha à questão mais humana de servir a pessoa em primeiro lugar. De forma mais prática, maior flexibilidade e respeito às demandas familiares poderia traduzir-se em taxas mais baixas de fadiga, reforço moral, e, alguns estudos mostraram, maior lucro no longo prazo.

O Renascimento da Educação Clássica

-

Mas políticas de encorajamento familiar por parte do governo e do setor empresarial certamente não representam tudo o que é preciso para restaurar nossa ecologia social. Pais e mães precisam de outras instituições de apoio – escolas vibrantes, igrejas e outras células da sociedade civil – para ajudá-los na formação de seus filhos nas virtudes que precisam para usar bem sua liberdade. Então, meu segundo desafio é que nós apoiemos o renascimento da educação clássica que ocorre agora por todo o país. Ao mergulhar as crianças no que a Civilização Ocidental tem de melhor a oferecer e ao intencionalmente instigar nelas as virtudes morais e intelectuais que precisam para se desenvolver, as escolas clássicas, uma a uma, recriam o ecossistema de suporte moral que os pais precisam para si e para seus filhos.

Essas escolas, como a que ajudei a fundar em 2013 em Natick, Massachusetts, têm consciência de que autogoverno requer autocontrole. Em uma era cada vez mais ligada à ideia de que o homem pode gozar de controle tecnológico sobre a natureza, ou até mesmo sobre seu próprio corpo, estas escolas, ao invés disso, ensinam as crianças que elas devem ser mestres de suas paixões, e que precisam da graça de Deus para alcançar esta maestria. Essas comunidades lutam juntas pelo bem comum e encorajam cada um a pensar mais em seus deveres sociais e menos em seus direitos. Elas reavivam os hábitos da mente e do coração necessários para a boa cidadania, tanto em nosso país e, espera-se, na eternidade. Escolas clássicas têm ávidos estudantes e pais, fornecem um currículo incomparável, e as melhores delas ensinam educação de caráter que instruem as crianças tanto na linguagem quanto na prática da virtude. Elas, inclusive, frequentemente situam-se em prédios abandonados por escolas paróquias falidas. Mas elas precisam de mais financiamento – e precisam alcançar comunidades mais pobres.

Se o trabalho de teóricos sociais como Charles Murray e Robert Putnam e a ascendência de líderes políticos como Donald Trump e Bernie Sanders nos ensinou algo sobre o que incomoda nossa país hoje, é que a perturbação causada pela deterioração da ecologia social é tão profunda em algumas comunidades que ela ameaça a própria essência de nossa república. As causas desta deterioração ecológica são complexas, no entanto claramente incluem eclosões tanto econômicas (por exemplo, a globalização) como culturais (como a revolução sexual). Agora é indiscutível que as classes pobres e trabalhadoras foram as mais atingidas por ambas.

Revitalizando igrejas locais

-

Igrejas locais e outros locais de culto foram por muito tempo os organismos sociais aos quais as pessoas se voltavam em tempos de necessidade e que outrora serviam como instituições intermediárias, integrando indivíduos de origens diversas. Já é tempo de se redescobrir em nossas igrejas a capacidade única que elas possuem de criar, conforme a frase de Glendon, comunidades “de suporte e memória mútuos”, das quais nossa república depende para sua liberdade e vitalidade, e das quais nós todos provavelmente dependemos para nossa salvação eterna.

É claro que igrejas devem sempre e primariamente ser veículos de formação espiritual e moral, e de graça sacramental; e, como tais, as igrejas têm a capacidade de restaurar comunidades através da revitalização de indivíduos. Brad Wilcox e Nicholas Wolfinger demonstraram, por exemplo, como homens afro-americanos e latinos que frequentam igrejas tem probabilidade muito maior de prosperar pessoal e profissionalmente do que seus pares não religiosos. Mas mesmo além disso, Jonathan Reyes da USCCB acredita que as igrejas poderiam atuar como centros de revitalização ecológica mediante um encontro mais efetivo daqueles em necessidade com os que querem ajudar, das próprias paróquias mais simples e suas irmãs mais ricas, mas também por meio de um engajamento intencional e mais efetivo com recursos privados, empresariais e públicos, na comunidade toda.

Nossa ecologia social está doente. Os que entre nós vivem em comunidades mais ricas têm uma grave responsabilidade em relação aos que definham em comunidades mais pobres, não apenas de doar nosso dinheiro, mas também nossas vidas - para descobrir “mutualidade nas margens” como formulado por David Lapp. E para ser bem clara: isto não é apenas para assistir e acompanhar os pobres e marginalizados. É também para o bem da alma dos ricos, que talvez sejam tentadas a se resignar à decadência de nossa era. Se quisermos apoiar as condições sociais para a prosperidade humana - a nossa própria e daqueles a nossa volta - será preciso que cada um de nós enfrente este combate interior, dia após dia, ensinando nossas crianças como viver vidas generosas, e abdicando de nosso conforto pessoal para ajudar os outros.

Erika Bachiochi - Visiting Fellow no Ethics & Public Policy Center do Witherspoon Institute (Princeton).

Artigo originalmente publicado no site *Public Discourse: Ethics, Law and the Common Good* (www.thepublicdiscourse.com). Tradução e publicação autorizadas.

Assegurando as condições para uma autêntica ecologia humana - por Erika Bachiochi



Imagem: “Morning mist on Lake Mapourika, New Zealand”, por Richard Palmer.

A ecologia humana, conceito desenvolvido por sociólogos no começo do século passado e apropriado pelo Papa João Paulo II em sua aclamada *Centesimus Annus*, fornece uma lente iluminadora através da qual se pode entender a multifacetada crise cultural na qual nos encontramos atualmente.

Utilizando o termo como uma analogia, no âmbito da cultura, as crescentes preocupações com a ecologia natural, João Paulo II escreveu em 1991:

“Embora as pessoas tenham razão em estar preocupadas com a preservação de habitats naturais ... esforço insuficiente é feito para assegurar as condições morais para uma autêntica “ecologia humana”. Não apenas Deus deu a Terra ao homem, que deve usá-la com respeito ao propósito original pelo qual foi dada a ele, mas o homem também é um presente de Deus ao próprio homem. A pessoa deve, portanto, respeitar as estruturas naturais e morais com as quais foi agraciada”.

Mais recentemente, na *Laudato Si’*, o Papa Francisco reiterou a preocupação ecológica amplamente abordada por João Paulo II, que havia sido transmitida, poderíamos dizer, através do Papa Bento. Francisco escreve:

“A ecologia humana também implica outra profunda realidade: a relação entre a vida humana e a lei moral, que é inscrita em nossa natureza e é necessária para a criação de um ambiente mais digno. O Papa Bento falou de uma ‘ecologia do homem’ baseada no fato de que ‘o homem também tem uma natureza que ele precisa respeitar e que não pode manipular à vontade’ ”.

Para estes papas recentes, “a ecologia do homem” parece se aproximar do que teria sido classicamente descrito como lei natural: a ideia de que a pessoa humana possui uma natureza que precisa ser compreendida e fomentada para seu completo florescimento (*eudaimonia*, para os gregos; beatitude, para os cristãos). Mas as conotações modernas tanto de natureza quanto de lei são, sem uma grande desconstrução, fixas ou estáticas demais para representar o dinamismo da pessoa humana de forma autêntica. Em consequência, o conceito de lei natural atualmente é muito mal compreendido. Para a maioria, é quase incompreensível.

A ecologia humana, em contraste, permite que se reflita com menos obstáculos intelectuais sobre o propósito e o dinamismo da pessoa humana e de sua experiência de vida. Isto é, a ecologia humana

evoca mais prontamente a realidade de que a pessoa humana é criada e, ainda assim, por meio de suas escolhas, cria a si mesma; de que é profundamente influenciada por e, por sua vez, influencia os outros; de que é condicionada pelo ambiente no qual se encontra, mas é capaz de transcendê-lo. A analogia com a ecologia natural é útil no clima filosófico atual porque implica interdependência de influências e atores, complexidade de causas e efeitos, ao mesmo tempo em que exige validação empírica e científica. Assim como podemos medir toxinas em nossos rios, podemos usar as ciências sociais para corroborar empiricamente os destrutivos “efeitos *downstream*” da pílula, da pornografia e da ausência paterna em mulheres, homens e crianças reais. Ao contrário da visão libertária prevalecente, a analogia ecológica também revela que os supostamente “inofensivos” atos de indivíduos isolados, quando adotados por grande parte da população, podem ter efeitos profundamente lesivos.

Protegendo nosso ecossistema natural e social

Tanto nosso ecossistema natural quanto o social são frágeis: eles precisam de proteção e de cultivo para prosperar. Como disse o Papa Francisco em novembro de 2014:

“A crise na família produziu uma crise ecológica, pois ambientes sociais, como os ambientes naturais, precisam de proteção. E, apesar de a raça humana ter começado a entender a necessidade de combater as condições que ameaçam nossos ambientes naturais, nós fomos mais lentos para reconhecer que nossos frágeis ambientes sociais também estão sob ameaça”.

Assim como na impressionante afirmação da *Laudato Si'* de que os hábitos de consumo decadentes do primeiro mundo estão lesando de forma desproporcional os pobres do mundo, dados sociológicos confirmam claramente que são os mais vulneráveis, os mais frágeis seres humanos que são mais ameaçados por – e menos preparados para se proteger de – um ambiente moral em processo de deterioração. Pode-se ver isto de forma mais clara com o agudo declínio do casamento entre os pobres, lesionando de forma desproporcional exatamente aquelas comunidades que mais necessitam da miríade de benefícios pessoais, sociais e econômicos que casamentos estáveis propiciam.

A ecologia humana, então, implicitamente pressupõe a existência da lei natural, mas pode ter uma melhor habilidade de captar as influências sociais dinâmicas que sustentam ou enfraquecem o respeito por esta lei – e é suscetível a medição empírica de uma forma que a lei natural em absoluto não é, o que a torna útil. Da *Centesimus Annus*:

“O homem recebe de Deus sua dignidade essencial e com ela a capacidade de transcender toda a ordem social de modo a buscar a verdade e a bondade. Mas ele é também condicionado à estrutura social em que vive, pela educação que recebeu e por seu ambiente. Estes elementos podem tanto ajudar quanto impedir que ele viva de acordo com a verdade”.

Neste documento fundamental da Doutrina Social da Igreja Católica, então, João Paulo II estava exortando a criação de um ambiente social mais digno, de uma ecologia social merecedora da dignidade da pessoa humana.

Ecologia Social:

Quando João Paulo II usou o termo “ecologia humana” na *Centesimus Annus*, ele estava entrando em uma robusta conversação que já estava ocorrendo entre pensadores sociais. Desde o começo do

último século, cientistas sociais estavam fazendo uso do termo para descrever a ideia da sociedade como um complexo organismo e para estudar os diversos modos pelos quais as circunstâncias influenciam a pessoa humana. O psicólogo russo-americano Urie Bronfenbrenner notavelmente escreveu em 1977 sobre uma “ecologia do desenvolvimento humano” na qual se busca entender o sujeito humano a partir de seu aninhado, variado e constantemente mutável arranjo de estruturas ambientais. Uma abordagem ecológica é, por natureza, interdisciplinar, buscando integrar perspectivas diversas para alcançar uma visão mais ampla.

Já nos anos 90, teóricos sociais de todo o espectro político estavam pensando ecologicamente sobre as interações dinâmicas entre as influências familiares, políticas, econômicas e sociais; e sobre como estes “sistemas mutuamente condicionantes” afetavam crianças, famílias e comunidades nos Estados Unidos. A analogia ecológica ajudou um grupo diverso de pensadores a diagnosticar (mesmo não concordando quanto às causas) a crescente deterioração das antes estáveis famílias e comunidades, o impacto deletério que isso estava tendo nas crianças e nos pobres da nação, e as consequências dessa desintegração cultural – ou ecológica – das instituições americanas. Em particular, comunitaristas como Mary Ann Glendon, Michael Sandel e Amitai Etzioni demonstraram preocupação com o fato de que as célebres e livres instituições políticas e econômicas americanas sofriam grande risco de minar suas próprias fundações em razão de uma erosão da “ecologia moral” – ou, conforme o termo de Robert Putnam, “capital social” – de que estas instituições livres precisavam para prosperar.

Naquele tempo, poucos negariam que os sistemas americanos de livre-mercado capitalista e a democracia constitucional se mostraram os melhores do mundo para garantir a liberdade individual, criando riqueza e oportunidades, e fornecendo o espaço necessário para a completa prosperidade humana. É por isso que João Paulo II, pela primeira vez na história da Igreja Católica, expressamente endossou estes sistemas na *Centesimus Annus* – ao menos quando são devidamente restringidos por uma robusta cultura moral. Nossa economia e nossas instituições políticas livres, afinal, não dizem nada sobre como devemos usar nossa liberdade e riqueza, ou como devemos transmitir os hábitos da mente e do coração que são necessários para a nossa autonomia e para uma economia justa e humana.

Assim, como a *Centesimus Annus* proclamou de forma firme, a busca capitalista por ganho material, sem ser compensada com valores que ensinam indivíduos a usar sua liberdade e sua riqueza para o bem comum, vai influenciar e, em última instância, deteriorar a cultura, dando origem ao hedonismo, ao individualismo e ao consumismo. De forma similar, sem um forte edifício cultural promovendo a verdade, o bem e a beleza, a tendência da nossa democracia liberal de dar voz igual a todas as ideias corroerá a cultura, levando à relativização de todos os estilos de vida, à tirania da opinião popular, a uma igualdade que demanda a eliminação de todas as diferenças (incluindo as biológicas), e a ao solapamento da religião, a força mais vital na cultura.

Quão próximo da realidade tudo isso soa para nós hoje.

Liberdade, virtude e dependência humana:

Instituições livres fornecem uma importante pré-condição para um ambiente moral ou uma ecologia social robustos: a liberdade. Mas a liberdade – seja a política, econômica, pessoal ou até mesmo religiosa – nunca pode ser seu próprio fim. Sem desconsiderar a importância da liberdade para a

ecologia humana, é preciso dizer que a liberdade é meramente instrumental. A liberdade está a serviço da ecologia humana e da prosperidade humana. Mas este instrumento, este servo – a liberdade – também tem suas próprias pré-condições, as quais não pode prover para si. O fim verdadeiro e a pré-condição necessária para a liberdade são os mesmos: a virtude.

Como tem defendido Mary Ann Glendon, professora de Direito de Harvard, ao longo de seu trabalho influente e extremamente preciso, os fundadores dos Estados Unidos elaboraram um extraordinário sistema de instituições livres, mas não asseguraram as condições para essa liberdade. Isto é, apesar de terem se protegido contra interesses pessoais desenfreados através de um sistema de freios e contrapesos, e de compreenderem que um governo autônomo exige homens particularmente virtuosos para sustentá-lo, Glendon sugere que eles pareciam presumir que os americanos continuariam a ser formados nos tipos de ambientes sociais que iriam produzir estas virtudes – ambientes como as profundamente religiosas, firmemente coesas, autogovernáveis colônias que estavam no pano de fundo, e forneceram parte do ímpeto, da Convenção Constitucional. Glendon escreve:

“Se a história nos ensina algo, é que uma democracia liberal não é apenas um presente; que parecem haver condições que são mais ou menos favoráveis para sua manutenção e que estas condições envolvem consideravelmente caráter ... Caráter, por sua vez, também tem condições – residindo em grau relevante em criação e educação. Assim, é difícil deixar de reconhecer a importância política da família”.

Sem uma cidadania virtuosa, memoravelmente nos recorda John Adams, a democracia sempre comete suicídio. Liberdade sem virtude parece inclinada à sua própria autodestruição, como estamos testemunhando em nosso país atualmente. Mas, é claro, a virtude não pode ser tomada como certa. Precisa ser ensinada, inculcada, praticada e estimada em todas as gerações, em todas as famílias e em todos os corações humanos. Esta é uma missão complicada – e uma luta real para qualquer um que a leve a sério – mas é este confronto interior que foi passado de geração em geração até recentemente.

De fato, ao longo das últimas décadas, nós testemunhamos a Suprema Corte, particularmente, utilizar argumentos fundados na autonomia pessoal (ou na liberdade mal compreendida como seu próprio fim) para enfraquecer exatamente aquelas instituições – maternidade, paternidade, casamento e outras estruturas mediadoras – mais aptas a sustentar a ecologia social, para formar as pessoas ao correto uso de sua liberdade. A longa tradição americana de autodeterminação se transformou ao longo dos anos em uma espécie de invenção pessoal constitucionalizada sem impedimentos, na liberdade de me definir como eu quiser, livre de qualquer alegação contrária ou restrição sobre mim.

E aqui reside o problema, talvez evidenciado de forma mais clara pelas lentes da ecologia. O indivíduo autodefinidor, autossuficiente e radicalmente autônomo localizado no centro deste paradigma moderno simplesmente não existe. Desde o momento em que cada um surge, somos encarnados, frágeis e integrados em relações, aninhados em nosso ambiente social. Nós somos animais sociais, ou políticos como afirma Aristóteles. E como tais, nossa liberdade é limitada pela nossa dependência em relação a outros e, conforme nos tornamos maduros, pela dependência de outros a nós. A vulnerabilidade e a dependência humanas são os mais básicos e duradouros fatos da existência humana, da identidade humana, antes mesmo do pecado. Nós seres humanos

prosperamos ou falhamos dentro do contexto dessa interdependência, nunca de forma isolada. Como nos lembra o filósofo Alasdair MacIntyre, a independência responsável adulta pela qual nós justamente lutamos requer cuidado prévio e sacrifício de outros, de mães e pais, de famílias, de comunidades; nós não obtemos as virtudes necessárias para a independência, para o bom uso de nossa liberdade, para prosperar por conta própria. Nós dependemos que outros nos ensinem essas virtudes – e que as moldem para nós.

E, assim, se buscamos assegurar (ou, atualmente, deveríamos dizer recriar) as condições morais para uma autêntica ecologia humana, uma cultura merecedora da dignidade do ser humano, uma que encoraje em vez de desencorajar os deveres que temos perante Deus e uns aos outros, devemos levar muito mais a sério – **muito mais a sério** – o cuidado, a criação e a cultivação dos jovens na virtude, e também dos organismos sociais que apoiam essa cultivação. Devemos focar, como João Paulo II nos diz na *Centesimus Annus*, naquela “primeira e fundamental estrutura para a ‘ecologia humana’, a família” e em tudo aquilo que apoia sua crítica função.

No próximo artigo, eu oferecerei três sugestões de pontos de partida.

Erika Bachiochi – *Visiting Fellow no Ethics & Public Policy Center do Witherspoon Institute (Princeton).*

Artigo originalmente publicado no site *Public Discourse: Ethics, Law and the Common Good* (www.thepublicdiscourse.com). Tradução e publicação autorizadas. Março de 2017.

Um punhado de pó - por Luiz Felipe Pondé



Imagem: ilustração que acompanha o artigo na versão impressa, por Paulo von Poser.

Pois quem pode saber o que é bom para o homem na vida, durante os dias de sua vã existência, que ele atravessa como uma sombra?

Eclesiastes 6,12

Abertura

O *Eclesiastes* deixa claro que o Deus de Israel não gosta de covardes.

Ao dizer isso, não pretendo erigir-me em especialista em Bíblia, no sentido de alguém que busque a todo o custo a literalidade histórica dos textos ou queira fazer a arqueologia de cada palavra; também não o sou no sentido de alguém que aplique cada versículo às incongruências da vida a título de operação salvífica; nem pretendo falar aqui a partir de alguma “burocracia da objetividade”.

Quem sou, então? Penso encontrar-me na mesma posição do comum dos mortais que procuram um sentido pessoal na leitura das Escrituras, e que eventualmente chegam à conclusão de não passarem daquilo que em inglês se chama *suffering jokers* – talvez um daqueles *fools*, os bobos da corte ou “loucos” que, mascarados sob o absurdo do que falam, às vezes têm mais a dizer sobre o real do que alguns pretensos sábios.

Quando me pergunto quem escreveu o *Eclesiastes* – para além de a resposta concreta já ter variado desde Salomão ou alguém de sua elite até qualquer membro de qualquer elite na Palestina ou fora dela por volta do século III a.C. -, assumo que foi Deus. Não o faço por razões confessionais (uma das vantagens da conversão a Atenas é a liberdade de espírito perante qualquer ortodoxia), mas antes de tudo pelo “efeito filosófico” da idéia de Deus, que me permite ver no texto uma mensagem dAquele que tudo sabe e tudo pode. Nessa mensagem descubro então uma análise precisa da condição humana que, além do mais, é capaz de despertar uma emoção profunda, uma emoção que o Antigo Testamento sempre descreve como *oriunda das entranhas do homem*.

Se, filosoficamente, somos incapazes de estabelecer a verdade cognitiva e epistêmica última acerca de nosso destino, a verdade visivelmente empírica encontra-se resumida no *Eclesiastes*. Por isso, posso assumir que sua filosofia é pura empiria, pura experiência prática humana. Assim, a minha questão é: O que quer Deus dizer-me com este texto? Como Lutero, entendo que ele nos fala da contingência e da graça, da dinâmica da graça, e é sobre esta que desejo tratar aqui.

Filosoficamente, o conceito de graça implica, além da noção de *dádiva*, o princípio da *insuficiência ontológica da criação* e seu “resumo”, o Nada. Ou somos graça ou somos vazio. Neste sentido, penso que no empirismo do *Eclesiastes* – na medida em que ele descreve de modo nada idealizado a condição humana – associam-se uma cosmologia ou uma *ontologia da gratuidade* com uma *filosofia das virtudes*.

É como se a contingência pedisse coragem ao homem, essa coragem que é uma das virtudes centrais e, filosoficamente, se identifica com o amor. E é por isso que, ao abordar o *Eclesiastes*, o leitor deve preparar-se para ter medo.

Estado da questão

A fortuna crítica descreveu o *Eclesiastes* de várias formas: helenista, cético, pessimista, agnóstico, contraditório, depressivo. Seus defensores caracterizam-no como um otimista relativo, sadio (e concordo com esse caráter saudável), crítico da elite do seu mundo, e o mais contemporâneo nosso dentre todos os textos bíblicos, pois sua busca pelo significado da vida o torna próximo do existencialismo de Kierkegaard e da psiquiatria de Jaspers, tanto no que se refere à angústia como ao conceito de naufrágio da existência como primeiro passo para a cura psicológica ou espiritual.

Algumas controvérsias apontam para um possível caráter bilíngüe do autor: hebraico e aramaico, hebraico e grego, ou aramaico e grego. Não entrarei aqui nesta questão.

Outra frente é a polêmica sobre se podemos ou não dizer que existe uma estrutura geral que sirva como ponto de apoio para a leitura sistêmica do texto. Seria o *Eclesiastes* uma colcha de retalhos, feita sem um objetivo estrutural, ou seria apenas mais complexo do que outros textos antigos?

Quanto aos gêneros literários, o livro comporta desde reflexões, provérbios, aforismos, sentenças da tradição, instruções de sabedoria, lamentações, bênção, louvor, alegorias, até dados autobiográficos e biográficos. Todos concordam em que o autor seguramente devia dominar todos esses distintos estilos, bem como as complexidades dos idiomas de origem. Parece razoável, pois, pressupor que estamos diante de um texto unitário, mas requintado e sutil sob uma certa aparência de desorganização.

O lugar de onde falo

Apesar de fazer parte da estrutura acadêmica, confesso que sou um descrente dela. Com essa descrença não quero negar a existência de almas bem-intencionadas e capazes, mas apenas reafirmar um fato estrutural de ordem sócio-política: a instituição acadêmica esmaga o conhecimento, sofisticando aquilo que Nelson Rodrigues chamava de “idiotas da objetividade”.

Faz parte dessa sofisticação supor que, se conheço “a fundo” o modo como homens e mulheres compravam, produziam ou vendiam frangos ou plantas, a forma como se beijavam ou faziam sexo, ou o tipo de espancamentos que praticavam, etc., conhecerei melhor o teor do texto em questão. Discordo. Se agisse assim, acabaria escrevendo mais sobre as crenças ideológicas que me movem no infinito círculo hermenêutico (como diria Joseph Ratzinger) do que sobre a possível pureza da verdade político-social do texto bíblico.

Nada disso me interessa, porque não estou buscando pureza alguma: estou-me posicionando diante de um texto da tradição que fala da minha condição enquanto ser humano que pensa dentro do *cosmos*. Se estivesse a fazer uma “arqueologia”, poderia até assumir a importância, em algum nível, da identificação dos fragmentos contextuais da época; hoje, porém, penso que grande parte do totalitarismo dos idiotas da objetividade e da sua burocracia advém exatamente da contínua repetição desse “mito do contexto”.

Foi devido a esse mito que chegamos a perguntas como estas: “Por acaso seria fruto das ‘estruturas de poder’ o fato de a experiência cotidiana desaguar quase que necessariamente em um drama da

‘ vaidade ’ como categoria ontológica e psicológica profunda do ser humano? O gênero sexual determina as semelhanças de destino entre o sábio e o insensato? A matéria orgânica torna-se inorgânica por causa da estrutura econômica? Ou a consciência alocada na matéria orgânica desfaz-se por imposição política ou de gênero? ”

A leitura que faço, pelo contrário, procura estar fundada na própria atitude do texto diante do mundo. O *Eclesiastes* ajuda-me a enfrentar a minha condição humana sem mentir sobre ela. Apesar de correr o risco de soar “ anti-humanista ”, prefiro enfrentar um Deus que me diz que sou vazio, uma nuvem que passa, um vento vazio, a um deus implicado no “ marketing do bem ”, essa última esperança mentirosa da dignidade intrínseca do ser humano.

Por isso, dizer que o *Eclesiastes* reflete a cosmologia bíblica é afirmar que ele narra o vazio do ser contingente que em nós toma consciência de sua real condição, estabelecendo um diálogo silencioso entre o Homem e o Nada sob os olhos d’Aquele que é. É uma física do pó que se olha no espelho e vê a sua imagem-mancha a desaparecer lentamente. E é perguntar-se: Qual a virtude possível desse grão de pó?

Segundo a tradição judaica, o *Eclesiastes*, o *Quohelet*, deve ser lido quando estamos na colheita e quando logramos uma vitória de qualquer tipo. Neste sentido, diante da modernidade e da sua obsessão pelo sucesso infinito da técnica, lê-lo é identificar a mentira profunda que está associada à arquitetura íntima desse sucesso. Contra a “ tecnologia da alegria ”, lembremo-nos de que “ a sabedoria mora na casa da melancolia ” .

Afirma Kierkegaard que todo o conhecimento verdadeiro sobre si mesmo começa com um profundo entristecimento. Enfrentemos, pois, essa ontologia da vaidade.

“ Are you a Mensch? ”

Para boa parte da modernidade, o *Eclesiastes* é apenas uma espécie de hino ao *carpe diem*. Mas isso apenas mascara a incapacidade de ver – ou o desejo de não ver – que nos interpela muito mais profundamente, a nós que, na expressão de Nelson Rodrigues, somos “ pulhas ”.

Para entender bem o *Eclesiastes*, vale a pena aproximar-nos de outras fontes, enraizadas na modernidade, mas que enfrentam o mesmo drama existencial do autor antigo. Encontraremos essas fontes de preferência na literatura; o escritor, ao ser alguém que precisa ter uma abertura amorosa para o concreto, não pode discutir idéias esboçando teoremas, mas deve fazê-lo narrando dramas.

O *Eclesiastes*, em certa medida, faz isso mesmo: narra o drama de alguém que, acreditando que a sua “ sabedoria ” tem algum valor, descobre que ela sempre lhe passará uma rasteira, pois é incapaz de mudar o seu destino:

Eu notei que um mesmo destino

espera [o sábio e o insensato].

Por isso, disse comigo mesmo,
que tudo isso é ainda vaidade.
Porque a memória do sábio
não é mais eterna que a do insensato,
e, passados alguns dias,
ambos serão esquecidos.
Mas então? Tanto morre o sábio
como morre o louco! (2,15-16)

No exame da literatura relacionada com esse texto, poderíamos mencionar Machado de Assis, que, como é sabido, considerava o *Eclesiastes* um de seus livros favoritos; ou o já citado Nelson Rodrigues; ou ainda um T.S. Eliot, que usou extensamente as Escrituras.

Mas, pelo contraponto, vejamos um livro lançado mais perto de nós, em um momento em que o próprio *Eclesiastes* foi usado como justificativa para uma nova era de “paz e amor” que terminou em amargo desespero. É nessa mesma década de 1960 que encontramos *Herzog* (1964), de Saul Bellow, o grande livro sobre a falência do homem moderno e, mais especialmente, do *scholar* acadêmico.

Poucas vezes se fez com mais finura a crítica e o elogio do intelectual que, incapaz de lidar com os traumas da vida, se esconde no pedantismo do conhecimento, percebendo ao mesmo tempo que é um castelo construído sobre a areia.

O título se refere ao personagem principal, Moses Elkanah Herzog, estudioso das relações ocultas entre Romantismo e Cristianismo. Já uma vez divorciado, ele é informado de que a segunda esposa, Madeleine, o trocou pelo melhor amigo, um perneta chamado Valentine Gerbasch. No fundo deste abismo da existência, prestes a sofrer um *nervous breakdown* e sentindo a loucura aproximar-se com calma cruel, Moses decide escrever cartas a todos os seus conhecidos, vivos e mortos.

“If I’m out of my mind, then it’s all right with me” (“Se eu estiver louco, por mim está tudo bem”) – estas são suas primeiras palavras no livro. O que não está muito longe da conclusão do *Quohelet*: “A minha sorte será a mesma que a do insensato. Então para que me serve toda a minha sabedoria?” (2,15).

Bellow remete diretamente a uma passagem algo misógina do *Eclesiastes* ao criar um drama iniciado pela traição de uma mulher: “E descobri que a mulher é mais amarga do que a morte [...]. Eis a conclusão a que cheguei: Deus fez o homem reto; este, porém, procura complicações sem conta” (7,27-30).

Mas, para o seu personagem, a traição de Madeleine é muito mais: é a prova de que Deus o abandonou por completo. Percorre, em consequência, um ritual de humilhações que atinge não apenas a sua auto-estima, mas a sua estatura de homem. O advogado Sandor Simmelstein pergunta-

lhe a certa altura: “*Are you a Mensch?*”, “Você é um ser humano?”

A palavra iídiche ou alemã *Mensch*, inserida no inglês, transfere a pergunta do plano de um mero machismo politicamente incorreto para o existencial, porque levanta a questão do sentido da vida humana e daquilo que faz do homem, um homem. *Mensch*, no alemão, indica apenas o ser humano em si, para além da distinção de “gêneros”; mas no iídiche é mais rico, porque significa o “homem decente”, “homem reto”, o homem de estatura moral, “humano” no pleno sentido da palavra. O homem que adquiriu “forma de homem”. Aponta, pois, para o “justo” do Antigo Testamento ou para o “sábio” do *Eclesiastes*.

Também o primeiro nome de Herzog, *Moses*, não é casual. Moisés foi o exemplo máximo de *Mensch* para o judaísmo: é o “dador da Lei”, protótipo do sábio. E é também o guia na saída da “terra do pecado”, o Egito, terra da alienação e da escravidão, bem como na travessia do Mar Vermelho. Para Israel, o mar, o “abismo”, significa com frequência a morte: a saída do homem alienado, escravo do contingente, dessa sua condição passa por uma morte pelo menos parcial – a compreensão de que “tudo é vaidade”.

Herzog, acadêmico e *scholar*, traído e louco, também tem de reconhecer que todo o seu conhecimento não lhe serve para nada. Seu ponto de partida era o mesmo do *Quohelet* no início de sua procura pela sabedoria: “Em meu coração dediquei-me a conhecer, a raciocinar e a pesquisar a sabedoria e a reflexão” (7,26). Mas, a partir da sua “morte existencial”, o dismantelamento de suas convicções teóricas o leva a descobrir uma virtude insuspeitada.

Bellow sabia do que estava falando quando escreveu *Herzog*, e toda essa obra é um diálogo constante com as reflexões surgidas de uma leitura atenta do *Eclesiastes*. No prefácio ao clássico livro de seu amigo Allan Bloom, *O declínio da cultura ocidental*^[1], escreve:

“Na maior das confusões, ainda existe uma porta aberta para a alma. Pode ser difícil de encontrar, pois na meia-idade ela está coberta de mato, e algumas das moitas mais densas que a cercam brotam daquilo que definimos como a nossa educação. No entanto, a porta sempre existe e cabe a nós mantê-la sempre aberta, para ter acesso à parte mais profunda de nós mesmos – àquela parte que está a par de uma consciência superior, graças à qual podemos fazer juízos definitivos e considerar tudo em conjunto. A independência dessa consciência que tem força para ser imune ao ruído da História e às distrações de nosso meio ambiente: eis o que representa a luta pela vida. O espírito tem de encontrar e de manter a sua base contra as forças hostis, às vezes personificadas em idéias que frequentemente negam a sua própria existência e que repetidamente parecem, na verdade, tentar anulá-lo por completo”.

O que Bellow descreve aqui é a atitude que transforma o intelectual em um *Mensch*, um homem que, depois de ter enfrentado a sua contingência, descobre que precisa assumir riscos. Também para o *Eclesiastes*, o risco é a forma de “estar-em-um-mundo-contingente” (como diria Heidegger), de lidar com uma ontologia que, em última análise, não se sustenta em si mesma, é “vaidade”.

E o risco, esse poder cumprir-se ou não dos desejos e investimentos de futuro humanos exige do

homem a virtude. A coragem de aceitar a sua condição limitada, e o anseio do “pulha” por assumir a forma de *Mensch*. O encontro da porta aberta para o espírito e para o risco de ser homem.

As dez virtudes

Leiamos agora o *Eclesiastes* segundo essa ótica, procurando ver as grandes linhas que o sábio nos traça.

1. A lei do cosmos

O livro abre com uma passagem conhecida e muito citada, mas raramente entendida: “Vaidade das vaidades, diz o *Eclesiastes*, vaidade das vaidades! Tudo é vaidade”. A reduplicação semítica, cujo peso semântico podemos sentir também no português – “vaidade das vaidades” -, tem a finalidade de reforçar aquilo que aparece ao autor como a natureza aparente do cosmos: “Tudo é requintadamente vão!”, quase que “vão à segunda potência” – oco, desprovido de fundamento e enganoso, pois promete o que não pode cumprir.

Se é assim, o homem trabalha inutilmente e a dinâmica humana é essencialmente vazia:

Que proveito tira o homem

de todo o trabalho

com que se afadiga debaixo do sol? [...]

Todas as coisas se afadigam

mais do que se pode dizer.

A vista não se farta de ver,

o ouvido nunca se sacia de ouvir (1,3.8)

O afã humano por transformar a matéria terá o mesmo destino do restante da matéria sem transformação: “Mas, quando me pus a considerar todas as obras de minhas mãos e o trabalho ao qual me tinha dado para fazê-las, eis: tudo é vaidade e vento que passa; não há nada de proveitoso debaixo do sol” (2,11). A condição de vaidade se abre pela consciência da inutilidade última de toda atividade humana.

Uma primeira consequência desse *insight* é que nenhuma ética do trabalho pode sustentar-se sobre a autovalidação do esforço humano: todo sucesso, toda obra derivados do agir humano em si continuam incapazes de escapar à lei radical da insuficiência ontológica. Trabalhar pelo êxito, por superar os concorrentes, por acumular riquezas, por construir alguma coisa de material, tudo isso é

ainda auto-engano que encobre um apostar pelo Nada. “Nu saiu ele do ventre de sua mãe, tão nu como veio sairá desta vida, e, pelo seu trabalho, nada receberá que possa levar em suas mãos” (5,14).

O risco do niilismo ético é grande para o homem que não se engana, pois é fácil resvalar da impossibilidade de *autovalidar* o agir para a impossibilidade de *validar* em absoluto todo esforço. Também o autor do *Quohelet* enxerga lucidamente esta tentação:

*E eu detestei a vida,
porque, a meus olhos
tudo é mau no que se passa
debaixo do sol,
tudo é vaidade e vento que passa.
Também se tornou odioso para mim
todo o trabalho que produzi
debaixo do sol [...].
Todos os dias [do homem]
são apenas dores,
seus trabalhos apenas tristezas;
mesmo durante a noite
ele não goza de descanso (2,17-18.20.23)*

Do resvalo niilista nasce em diversos tempos e lugares a atitude do *carpe diem*, erradamente associada ao *Eclesiastes*, como vimos, pois em última análise apenas reforça a amargura, de que consegue distrair transitoriamente, mas não logra superar: “Não há nada melhor para o homem que comer, beber e gozar o bem-estar no seu trabalho” (2,24).

No entanto, a transição niilista é um *non sequitur* lógico e existencial. Da premissa de uma contingência radical do esforço humano considerado em si mesmo apenas se conclui, acompanhando Viktor Frankl, que o trabalho tem de buscar o seu sentido em uma finalidade exterior a ele. Na sua terminologia, à dimensão do *homo sapiens*, que se move entre os pólos do sucesso e do fracasso, é preciso acrescentar a do *homo patiens*, cujos pólos, exteriores ao plano da contingência ontológica, são a realização ou o desespero.

Uma segunda consequência do reconhecimento da vaidade ontológica é que a consciência reside “na

casa da melancolia”:

*Melhor é ir para a casa onde há luto
do que para a casa onde há banquete.*

*Porque aí se vê aparecer
o fim de todo homem
e os vivos nele refletem.*

*Tristeza vale mais que riso,
porque a tristeza do semblante
é boa para o coração.*

*O coração do sábio
está na casa da melancolia,
o coração do insensato
na casa da alegria (7,1-4)*

2. A luz

Como em *O Estrangeiro*, de Albert Camus, o excesso de luz, o olhar purificado de todo o auto-engano, revela uma geografia física monótona e indiferente ao homem. “Debaixo do sol” não há reais diferenças ontológicas entre as realidades situadas no tempo e no espaço. A simples passagem do tempo ou o mero conhecimento de um espaço maior não trazem nenhuma experiência qualitativa definitiva, mas apenas a variação da indiferença:

*O sol se levanta, o sol se põe;
apressa-se a voltar a seu lugar;
em seguida, levanta-se de novo.*
*O vento vai em direção ao sul,
vai em direção ao norte,
volteia e gira nos mesmos circuitos.*
Todos os rios se dirigem para o mar,

e o mar não transborda.

Em direção ao mar,

para onde correm os rios,

eles continuam a correr. [...]

O que foi é o que será:

o que acontece é o que há de acontecer.

Não há nada de novo debaixo do sol.

Se é encontrada alguma coisa

da qual se diz:

“Veja: isto é novo”, ela já existia

nos tempos passados (1,5-7.9-10)

A ação humana é impotente para alterar esse ciclo que existe (e resiste) na sua impassividade. Estamos diante do “mito do eterno retorno” de Nietzsche, que por sua vez o tomou do hinduísmo e do budismo e, em parte, dos gregos; mas poderia igualmente tê-lo encontrado na religião egípcia e na babilônica, ou nas religiões menores do Próximo Oriente contemporâneas do autor do *Eclesiastes*.

Dentro desse quadro, também a eternização na memória é ilusão. Todos serão esquecidos:

Não há memória do que é antigo,

e nossos descendentes

não deixarão memória

junto daqueles que virão depois deles (1,11)

Tomada apenas em si mesma, essa visão poderia facilmente produzir o tédio e o desespero, que de fato se encontram em Nietzsche –

e também como nota dominante de muitas das civilizações mencionadas. Mas o *Quohélet* pertence à sabedoria de Israel, e discerne para além do ciclo eterno uma ação e um querer pessoais: “Aquilo que é, já existia, e aquilo que há de ser, já existiu: é Deus quem chama de novo o que passou” (3,15).

3. O pecado

A consciência é irmã da dor, e esse fato deriva da ordenação ou do mandamento divino. “Apliquei meu espírito a um estudo atencioso e à sábia observação de tudo que se passa debaixo dos céus: Deus impôs aos homens esta ocupação ingrata. [...] Porque no acúmulo de sabedoria, acumula-se tristeza, e o que aumenta a ciência, aumenta a dor” (1,13.18).

A tarefa humana consiste, em primeiro lugar, em tomar conhecimento de que “tudo é vento que passa”. Peca, portanto, aquele que nega esse estado de coisas, fugindo à dor necessária e inevitável e escondendo-se dela atrás de uma barreira de coisas contingentes (sucesso, dinheiro, prazer pelo prazer): “Aquele que ama o dinheiro nunca se fartará, e aquele que ama a riqueza não tira dela proveito” (5,9).

Mas peca igualmente aquele que se entrega ao desespero: “O insensato cruza as mãos e devora sua própria carne” (4,5). O niilista, desesperado de encontrar um sentido no que faz, incide da maneira mais radical na categoria a que o *Quohélet* designa por “pecador”: “Eu sei, no entanto, que a felicidade é para os que temem a Deus [...] e que não haverá nenhuma felicidade para o ímpio, o qual, como a sombra, não prolongará sua vida” (8,12-13).

Tanto em um caso como no outro, na raiz do pecado há uma cegueira voluntária, uma negação deliberada da realidade. “Os olhos do sábio estão na cabeça, mas o insensato anda nas trevas” (2,14). Mas esta é sempre uma atitude de fraqueza, uma fuga do excesso de luz: “o coração do insensato está à sua esquerda” (10,2), do lado débil e incapaz de realizações.

Tal como ocorre na realidade física, o excesso de luz pode ter o mesmo efeito que a treva: cegar. A luz implacável da consciência reflexiva toca a sua própria contingência, e assim a mera experiência do acúmulo de conhecimento pelo conhecimento implica igualmente o risco do desespero:

Eu disse comigo mesmo:

“Eis que amontoei

e acumulei mais sabedoria

do que todos os que me precederam

em Jerusalém.

Porque meu espírito estudou

muito a sabedoria e a ciência,

e apliquei-o ao discernimento

da sabedoria, da loucura e da tolice”.

Mas cheguei à conclusão de que isso é

também vento que passa (1,16-17)

Esse dilema é em si mesmo insuperável. Não há solução possível para ele no plano do intelecto, e podem-se perfeitamente ler os grandes “sistemas fechados” do pensamento ocidental (Kant, Hegel, Comte, Marx) como tentativas de fugir a ele. A única saída real encontra-se em outro plano, o do “coração”: em uma “virtude”. E novamente o *Eclesiastes* põe-nos cara a cara com uma pergunta impertinente: Então, qual a virtude de quem caminha nas trevas?

Podemos responder que essa virtude é de certa forma a grande protagonista silenciosa de todo o *Quohélet*, o resultado de uma sabedoria verdadeira que se dá conta da sua própria vacuidade intrínseca: “A sabedoria dá ao sábio mais força que dez chefes de guerra reunidos em uma cidade” (7,19). O *Eclesiastes* inteiro prepara-nos para a necessidade da *coragem* como virtude ao mesmo tempo epistêmica e cognitiva – a coragem de abrir os olhos à realidade e de extrair as conseqüências -;

moral – a coragem de não fugir, mas enfrentar a dor conseqüente ao conhecimento -;
e teológica – a coragem de confiar.

Se o coração do insensato está à esquerda, “o coração do sábio está à sua direita” (10,2); se a imagem pode parecer-nos anatomicamente curiosa, vivencialmente é de uma clareza tremenda.

4. A consciência de si

A consciência da finitude ordenada por Deus esmaga o valor do prazer sensorial. O sábio pode experimentar o máximo acúmulo de prazeres, mas isso em nada altera o fato de o intelecto não ser cego: “Eu disse comigo mesmo: ‘Vamos, tentemos a alegria e gozemos o prazer’. Mas isso é também vaidade. Do riso eu disse: ‘Loucura!’ e da alegria: ‘Para que serve?’ Resolvi entregar minha carne ao vinho, enquanto meu espírito se aplicaria ainda à sabedoria; procurar a loucura até que eu visse o que é bom para os filhos dos homens fazerem durante toda a sua vida debaixo dos céus. Empreendi grandes trabalhos, construí para mim casas e plantei vinhas; [...] Fui maior que todos os que me precederam em Jerusalém; e, ainda assim, minha sabedoria permaneceu comigo” (2,1-4.9). No fim, as mãos sempre estarão vazias.

Como vimos, a luz não apaga, antes ressalta o fato de não haver diferença entre a estupidez e a consciência diante da nulidade ontológica. A tarefa do homem temente a Deus consiste em pensar e conhecer o seu vazio, e contudo também essa tarefa não é validada pelo fruto dela mesma. Nem mesmo a inteligência é autofundante.

O homem desemboca, pois, na agonia de quem se vê habitado pelo Nada. A consciência da “intolerável leveza” do real conduz à consciência da própria nulidade: ver a vaidade é também ver-se a si mesmo, descobrir-se a si mesmo como participante do Nada.

5. A percepção real

A consciência, nossa graça e nossa agonia, é também a nossa semelhança com Deus, e por isso ser inteligente é um mandamento. “Inteligente” no sentido etimológico: alguém que lê a evidência escrita no íntimo da realidade, sem refugar, sem desviar os olhos, embora não necessariamente

“inteligente” no sentido moderno (de quem tem um alto “QI”). É a “sabedoria dos simples”, de que as Escrituras traçam com frequência o elogio.

O orgulho – enquanto fuga da realidade e recusa de ver-se a si mesmo – é o oposto da coragem. Por isso, para o *Eclesiastes*, coragem é humildade, uma vez que implica a aceitação difícil e dolorosa da nulidade pessoal. Dentro do horizonte cosmológico, a função máxima do intelecto é alçar-nos ao lugar de percepção plena daquilo que não é Deus.

Mas, quando aplicada com atenção, a consciência vê Deus e o Nada simultaneamente, como dois pólos essenciais do Todo sobre o qual estamos estendidos. Esta, sim, é a real percepção das coisas deste mundo.

E este é também o sentido último da ética judaica da alteridade. Somente se formos capazes de perceber que o ser e nós somos Nada, seremos também capazes de perceber que o ser, em última análise, é *dádiva* de Deus: graça pura, gratuidade pura.

6. *O afeto ontológico*

O que contemplam os olhos dos sábios? Que a história, diante da física impassível e imutável nos seus ciclos, é um Nada, o destino comum que cabe a todos. O tempo engole o fruto das mãos e da alma, que tem o mesmo destino da matéria bruta: “Os vivos sabem ao menos que morrerão; os mortos, porém, não sabem de nada” (9,5). É o *Sheol* para onde todos irão e onde “não existe obra, nem reflexão, nem conhecimento, nem sabedoria” (9,10) ^[2].

Diante de uma tal ontologia, o medo – temperado pela coragem, aqui na sua vertente mais propriamente moral, que já mencionamos – é o afeto mais espontâneo e, em última análise, mais verdadeiro. Mas há um alívio para esse medo ontológico, alívio que é ao mesmo tempo uma educação para a coragem: o cotidiano ordenado, que prepara a inteligência para a percepção de que caminhamos tanto sobre a misericórdia como sobre o vazio. Não à toa esta passagem é das mais citadas:

Para tudo há um tempo,

para cada coisa

há um momento debaixo dos céus:

tempo para nascer, e tempo para morrer;

tempo para plantar,

e tempo para arrancar o que foi plantado;

tempo para matar, e tempo para sarar;

tempo para demolir, e tempo para construir;

tempo para chorar, e tempo para rir;
tempo para gemer, e tempo para dançar;
tempo para atirar pedras,
e tempo para ajuntá-las;
tempo para dar abraços,
e tempo para apartar-se;
tempo para procurar, e tempo para perder;
tempo para guardar, e tempo para jogar fora;
tempo para rasgar, e tempo para costurar;
tempo para calar, e tempo para falar;
tempo para amar, e tempo para odiar;
tempo para a guerra,
e tempo para a paz (3,1-8)

7. A fisiologia humana

A vida humana dá-se, pois, em ritmos; não há como escapar. Esses ritmos anulam qualquer especulação para além de si mesmos: sempre mataremos, beberemos e amaremos, saberemos mais do que devemos e menos do que precisamos, sem que tenhamos controle sobre essa realidade, nem em nós nem fora de nós: “Ele pôs no coração [do homem] a duração inteira, sem que ninguém possa compreender a obra divina de um extremo a outro” (3,11).

Ao mesmo tempo, a cadeia ordenada da ação humana é a melhor “física” possível para o nosso cotidiano, pois obedece aos limites nos quais opera a nossa fisiologia. Assim passa a ser possível vencer o horror cosmológico, a sensação de “folha lançada na tormenta”, pois o medo se torna reverência e dá passagem a uma segurança que não se apóia em qualidades pessoais nem em um pretenso “controle da situação”.

É inevitável pensar aqui na clássica definição de Agostinho de Hipona, que dizia que “a paz é a tranqüilidade na ordem”. A vida humana, diz o *Eclesiastes*, é uma gota em uma imensidão ordenada, o que descreve naturalmente a atitude que Deus espera do homem: temor diante da sua grandeza. “A felicidade é para os que temem a Deus, os que sua presença enche de respeito” (8,11).

Conclui o sábio: tal como o ser, também gozar a vida é uma graça de Deus, e não fruto de uma prática autojustificada, resultado do “controle sobre os processos da realidade”. Esse ritmo que torna as diferenças indiferentes no tempo e no espaço manifesta a vontade de Deus: “Todas as coisas que Deus fez são boas a seu tempo. [...]. Assim eu concluí que nada é melhor para o homem

do que alegrar-se [...], e que comer, beber e gozar do fruto de seu trabalho é um dom de Deus” (3,11-13).

O simples respirar já é alegria, precisamente porque “o homem não é senhor de seu sopro de vida, nem é capaz de o conservar” (8,8). Embora a alegria tenha caráter contingente, por ser dádiva e portanto depender exclusivamente da vontade do doador, ela se instala graças ao ordenamento da vida.

Essa “cosmologia da graça” desarticula a relação entre o ato e o seu efeito: a inteligência não garante o sucesso; nem a velocidade, o prêmio; nem a coragem, a vitória; nem o amor, o amor; nem a prudência, a riqueza. Não se deduz das tarefas o seu sucesso. Segundo o sábio, o tempo e o acaso parecem julgar e distribuir os efeitos, e ambos são por igual manifestações da vontade divina: “os justos, os sábios e seus atos estão na mão de Deus” (9,1).

8. A forma de homem

O trabalho e a riqueza têm valores diferentes, mas sua diferença não está na dignidade intrínseca do trabalho – que não se autojustifica, como vimos –, e sim no fato de Deus dar o dom da alegria a quem não é preguiçoso durante o dia: “Doce é o sono do trabalhador, tenha ele pouco ou muito para comer; mas a abundância do rico o impede de dormir” (5,11). É significativo observar o absoluto empirismo com que esse dom é descrito como um “sono tranqüilo”.

O moderno puritanismo da objetividade e da ética do sucesso fazem o fim da vida, a forma final de *Mensch*, depender do conhecimento e do poder que este propiciaria sobre a realidade. Identificam por isso a “justiça” – a perfeição, a forma final –, com o triunfo pessoal, o domínio do eu sobre os outros. No entanto, diante do cenário da cosmologia geral da Graça e da Sombra que o *Eclesiastes* traça, desdobrado entre os pólos de Deus e do Nada, semelhante perspectiva acaba apenas reforçando a idéia da ontologia negativa: como o homem não sabe e não pode saber a medida de todas as coisas, não consegue ser justo o bastante sequer aos seus próprios olhos.

Daí a tensão insana que invade toda a vida moderna, entre o querer ser justo aos próprios olhos e o negar-se a reconhecer que isso é impossível. Essa tensão resolve-se com muita freqüência no seu contrário: em depressões, desajustes, revoltas e ressentimentos surdos. Daí também o esforço tenso por saber sempre mais, estudar sempre mais, garantir mais plenamente o controle do racional sobre o real – a “hiper-reflexão” neurótica de que fala também Viktor Frankl. Em qualquer caso, essa falsa crença, a falsa identificação da “forma”, deforma.

O *Quohelet*, pelo contrário, afirma que a justiça está mais perto do esforço físico continuado do que dos esforços teóricos: “Mais vale o fim de uma coisa que seu começo. Um espírito paciente vale mais que um espírito orgulhoso” (7,1). É impossível chegar a uma harmonia plena por meio do saber e do seu acúmulo, e o mesmo se aplica à busca da atitude justa através do mero esforço humano: “Não sejas justo excessivamente, nem sábio além da medida, porque te tornarias estúpido” (7,16).

Por isso, “quem observa o vento – quem reflete em excesso, sempre à espera das condições ideais – jamais semeará, e quem fica olhando as nuvens jamais ceifará” (11,4). O que pertence à ordem prática não se atinge por meios conceituais, mas pela ação confiada:

*Semeia a tua semente desde a manhã,
e não deixes tuas mãos ociosas
até a noite,
porque não sabes o que terá bom êxito,
se isto ou aquilo, ou se ambas
as coisas são igualmente úteis (11,1-6)*

O *Eclesiastes* é prático: a “forma” para se transformar em um homem conquista-se no silêncio laborioso da coragem cotidiana, não na verbosidade intelectual. Fale pouco, diz o estóico bíblico, pois assim como o conhecimento em excesso, as palavras em demasia confundem a alma: “Não te apresses em abrir a boca; que teu coração não se apresse em proferir palavras diante de Deus, porque Deus está no céu, e tu na terra; que tuas palavras sejam, portanto, pouco numerosas. Porque as muitas ocupações [desordenadas] geram sonhos, e a torrente de palavras faz nascer resoluções insensatas” (5,1-2).

A forma da verdade e do bem permanecem, para nós, na esfera do incognoscível: é vão aquele que se acha a forma, é vão quem pensa ter fixado intelectualmente a forma. “Desfruta da vida com a mulher que amas, durante todos os dias da fugitiva e vã existência que Deus te concede debaixo do sol” (9,9) – a atitude saudável está em desfrutar da mulher que se ama, porque seu sorriso é a forma da graça – da dádiva – no âmbito da dinâmica do desejo; mas sem esquecer o aviso que ressoa como um perpétuo *memento mori*: também não se pretenda erigir o amor humano em forma nem se espere dele a liberdade, pois para o homem a mulher “é um laço, e seu coração é uma rede, e suas mãos, cadeias” (7,26). E as mulheres poderiam dizer outro tanto dos homens...

E por fim, a imagem fulgurante e divertida, pois também o humor é sempre concreto: observemos a força das moscas, diz, uma só das quais basta para “infectar e corromper o azeite perfumado” (10,1). Sem agitar-se, sem tensões – pois que já está morta... -, produz uma ação devastadora.

9. A física de Deus

Em última análise, portanto, a justiça, assim como a verdade, não nascem do esforço do homem, mas do mesmo lugar de onde vem o mar que não cessa de receber o rio: da “física” – da *dynamis*, da ação – de Deus.

Essa ação divina que traz a justiça está envolta em mistério, o qual, como vimos, não é um problema conceitual, mas pertence à ordem do oculto tecer-se da vida na barriga da mulher grávida: “Do mesmo modo que não sabes qual é o caminho do sopro da vida, e como se formam os ossos no seio de uma mãe, assim também ignoras a obra de Deus que faz todas as coisas” (11,5).

A moderação contente é o máximo que se pode alcançar, diz o sábio, mas... com vinho: “Come alegremente teu pão e bebe con-

tente teu vinho, porque Deus já apreciou teus trabalhos” (9,7). A criatura deve às vezes esquecer-se da próxima hora de sua vida, ainda que jamais deva esquecer-se da graça que sustenta *todas* as horas de sua vida.

10. O hábito do abismo

Em resumo, a profundidade das coisas estendidas entre o Nada e Deus, o seu mistério insondável, é vivida sensorial e intelectualmente como “abismo”. Ao longo da indiferença do tempo, a contingência – vontade de Deus –, decide da relação entre os atos e as conseqüências. O falso cosmos, a realidade vã, é organizada em ritmos pela dinâmica de Deus, que suaviza e torna suportável o medo ontológico. Inevitavelmente, porém, o homem caminha nas trevas e sua principal virtude consiste em reconhecer-se habitante do abismo.

Mas é desse abismo que surgem a verdadeira face do homem e a Beleza de Deus. Instalados na pessoa como aquisições permanentes – como “hábitos” –, essas três realidades (o abismo, a face de Deus e a do homem, análogos da contingência, da verdade e da virtude) circunscrevem os limites da verdade filosófica sobre a nossa condição.

Um trabalho sem fim

Voltemos a *Herzog* para resumir sob outro ângulo o que acabamos de ver. O *scholar* tinha perdido no seu racionalismo a capacidade de desfrutar do concreto da vida, pois estava preso no seu conhecimento como um condenado cercado por uma muralha. Assim, em um momento em que desfruta de uma intensa e inesperada alegria, estremece:

“Eu não tinha a força de caráter necessária para suportar tamanha alegria. Nada havia de engraçado nisso. Quando o peito de um homem se sente como a gaiola de onde todos os pássaros negros escaparam, ele está livre, está leve. Mas anseia por ter os seus abutres de volta: sente falta das suas lutas habituais, dos seus trabalhos vazios e sem nome, do seu ódio, das suas dores e dos seus pecados”.

Preso nesta cela interior, resiste quanto pode ao pensamento de que “o Senhor da Vida é a Morte”, que lhe vem insistentemente à memória toda vez que se lembra da agonia da mãe, morrendo lentamente de câncer enquanto ele lia na mesa da cozinha um exemplar de *O declínio do Ocidente*, de Spengler. Bellow mostra que essa descida de Herzog aos infernos é a única forma de quebrar as muralhas da sua cela e de transformar-se, de um “intelectual” (podemos dizer), em um filósofo.

Nelson Rodrigues, em uma crônica famosa incluída na antologia *A cabra vadia*, a um jovem repórter que lhe perguntava a razão da sua insistência em escrever sobre política nos anos 60 respondeu: o seu motivo era que não passava de um “ex-covarde”, e não queria colaborar com o “aviltamento pessoal e coletivo” a que a classe intelectual submetia os brasileiros. E continuou:

“O que existe, por trás de tamanha degradação, é o medo. Por medo, os reitores, os professores, os intelectuais são montados, fisicamente montados, pelos jovens [...]. O medo começa nos lares, e dos lares passa para a igreja, e da igreja passa para as universidades, e destas para as redações, e daí para o romance, para o teatro, para o cinema. Fomos nós que fabricamos a ‘Razão da Idade’. Somos autores de impostura e, por medo adquirido, aceitamos a impostura como a verdade total”.

A transformação do “pulha” em “ex-covarde” exige a virtude da coragem, tal como a comentamos. “Não trapaceio comigo – diz ainda Nelson Rodrigues -, nem com os outros. Para ter coragem, precisei sofrer muito”.

Mas sofrer muito não significa deliciar-se na desgraça, regozijar-se, sentir-se especial, armadilha em que cai o personagem de Bellow. No fim, a única possibilidade de encontrar o realismo essencial é retornar à pergunta que estabeleci no início deste texto: O que quer Deus dizer-me com esse texto? Deixemos a resposta ao *Quohelet*, que a formula com enorme densidade poética e suave bom humor:

Lembra-te do teu Criador

nos dias da mocidade,

antes que venham

os dias da desgraça

e cheguem os anos dos quais dirás:

“Não tenho mais prazer”.

Antes que se escureçam o sol e a luz,

a lua e as estrelas,

e que voltem as nuvens

depois da chuva;

no dia em que os guardas da casa tremem

e os homens fortes se curvam

[os braços e pernas],

em que as que moem

[os dentes molares],

pouco numerosas, param,

em que as que olham pela janela

[os olhos] perdem seu brilho.

Quando se fecha a porta da rua

e o barulho do moinho diminui

[a pessoa ensurdece],

quando se acorda com o canto do pássaro

e todas as canções emudecem;

quando se temem as subidas

e se levam sustos pelo caminho,

quando a amendoeira está em flor

[os cabelos ficam brancos]

e o gafanhoto engorda

e a alcaparra perde sua eficácia,

é porque o homem

já está a caminho

de sua morada eterna,

e os que choram sua morte

começam a rondar pela rua.

Antes que o fio de prata se afrouxe

e a taça de ouro se parta,

antes que o jarro se quebre na fonte

e a roldana rebente no poço,

antes que o pó volte à terra

de onde veio

e o sopro volte a Deus

que o concedeu” (12,1-8)

Esse bom humor e essa paz perante a perspectiva da velhice e da morte são privilégio dos corajosos. Quer se trate de nós, os *suffering jokers* que tentam ser “ex-covardes”, quer dos Herzogs

aprisionados nas suas gaiolas de conhecimento “objetivo”, quer de um Nelson Rodrigues que encontrou a sua coragem depois de tanto sofrer, todos estamos sujeitos ao que acontece debaixo do sol. E é no empirismo árduo das coisas contingentes que temos de descobrir a face do abismo, de nós mesmos... e de Deus.

Luiz Felipe Pondé, Doutor em Filosofia Moderna pela USP, é professor de Ciências da Religião na PUC-SP e titular de Filosofia na Fundação Armando Álvares Penteado. Já publicou os livros Conhecimento na Desgraça (Edusp), Crítica e Profecia (Editora 34), Contra um mundo melhor: Ensaio do Afeto (2010), Guia Politicamente Incorreto da Filosofia (2012), A era do ressentimento: uma agenda para o contemporâneo (2014), entre outros. Escreve para a Folha de S. Paulo.

Colaboraram Martim Vasques da Cunha e Henrique Elfes.

Artigo publicado originalmente na revista-livro do Instituto de Formação e Educação (IFE), *Dicta & Contradicta*, ed. 1, Junho de 2008.

NOTAS:

^[1] Rio de Janeiro: Editora Best-seller, 1989; título original *The Closing of the American Mind*, New York: Simon and Schuster, 1988.

^[2] A religião de Israel, ao tempo da redação do *Eclesiastes*, não concebia uma vida após a morte nem a ressurreição dos mortos. Assim se entendem muitas passagens como esta: “Por isso louvei a alegria, porque não há nada de melhor para o homem, debaixo do sol, do que comer, beber e se divertir; possa isto acompanhá-lo no seu trabalho, ao longo dos dias que Deus lhe outorgar debaixo do sol” (8,15), que poderia ser interpretada no sentido do *carpe diem* se não se equilibrasse com outras passagens deste tipo: “Em conclusão: tudo bem entendido, teme a Deus e observa seus preceitos: é este o dever de todo homem” (12,13). Na verdade, a doutrina do *Sheol*, como observa C.S. Lewis, exigia do israelita uma retidão e honestidade praticamente sem paralelos na história, pois não esperava uma recompensa transcendente.

Tags: Compromisso, Homem, Liberdade,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em: <http://ife.org.br/livres-e-indecisos-andre-goncalves-fernandes/>